

RECENSÕES / BOOK REVIEWS

ALMEIDA, Rogério Miranda de; LETENSKI, Irineu (Orgs). *Filosofia, teologia e psicanálise*. Campinas: Splendet, 2022, 248 p.

Sob a organização de Rogério Miranda de Almeida e de Irineu Letenski, foi publicada no final de 2022, pela Editora Splendet, da PUC de Campinas, a obra intitulada: *Filosofia, Teologia e Psicanálise*.

Como se pode deduzir a partir do próprio título, esta obra se propõe abordar e explorar as relações que intercorrem entre a filosofia, a teologia e a psicanálise. Efetivamente, conforme elucidam os organizadores na *Apresentação*: “As relações que essencialmente permeiam a filosofia, a teologia e a psicanálise vêm cada vez mais ocupando a mente e os escritos dos estudiosos que se ocupam destas três esferas do conhecimento”. Ainda de acordo com os organizadores, um dos principais objetos de análise das ciências do espírito que marcaram a Idade Média durante os séculos XII, XIII e XIV foi o das relações entre fé e razão, fé e ciência, ou revelação e ciência. Ao longo da Idade Moderna – numa tradição que tem Descartes, o *século das luzes* e a filosofia de Kant como referências principais – foi notadamente a questão da razão, da liberdade e da autonomia das ciências que ocupou a mente e os escritos dos filósofos. A partir do final do século XIX e do início do século XX, assiste-se ao surgimento de novos desafios lançados pela filosofia de Nietzsche, pela descoberta e difusão do pensamento de Kierkegaard, pela literatura francesa, pelas produções da arte moderna, da sociologia, da antropologia, do existencialismo (Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre, Albert Camus) e da psicanálise (Sigmund Freud, Melanie Klein, Jacques Lacan).

No que se refere mais especificamente ao século XX, é também de se notar os novos rumos que tomou a etnologia, que teve como uma de suas expressões eminentes o pensamento de Claude Lévi-Strauss, cujas intuições e análises incidiram de maneira essencial sobre a filosofia, a linguística, a psicanálise, a religião e a arte em geral. No plano psicanalítico, deve-se relevar o diálogo que encetara Freud com a religião e a cultura já partir de seu ensaio de 1907: *Ações compulsivas e práticas religiosas*. Quanto a Jacques Lacan, com a ênfase que a sua teoria e a prática analítica vieram dar à questão da linguagem e do desejo, é todo um aprofundamento e toda uma ampliação que se

realizam em torno das relações entre a psicanálise e a tradição filosófica, teológica e cultural do Ocidente. Com efeito, Lacan veio não somente explicitar, mas também aprofundar e reinterpretar a convergência e coincidência de intuições e de perspectivas que se constata entre a psicanálise, as Escrituras, as ciências e a tradição filosófico-teológica ocidental.

Levando, pois, em consideração as vicissitudes do pensamento que marcaram e pontilharam a tradição cultural do Ocidente, um grupo de autores, estudiosos e pesquisadores em diversas áreas do saber aceitaram o desafio de explorar – a partir de suas próprias perspectivas – alguns temas e algumas questões que, direta ou indiretamente, se relacionam com as três ciências que deram o título à presente obra: *Filosofia, Teologia e Psicanálise*. Assim:

01) O primeiro capítulo, de autoria do Rogério Miranda de Almeida, tem por título: *A questão da angústia: Uma leitura a partir de Freud, Nietzsche e Kierkegaard*. Depois de apresentar uma breve introdução baseada em Freud e em Lacan, o autor analisa as seguintes problemáticas: 1. *A angústia real e a angústia neurótica*; 2. *Nietzsche: a arte, a escrita e o gozo*; 3. *A angústia e os impasses da tradição hedonística*; 4. *O sujeito, a repetição e a escrita*; 5. *Kierkegaard: a alma, o corpo e o espírito*.

02) O segundo capítulo, cujo autor é Irineu Letenski, se intitula: *Deus – o Nous – o Homem: Uma leitura a partir de Gregório de Nissa*. Este capítulo tem como principal objetivo examinar o lugar do homem na relação que Gregório de Nissa estabelece entre o mundo das criaturas e Deus. Sendo, pois, o *nous* (inteligência), a faculdade privilegiada do homem, ela lhe permite *participar* do Criador, na medida em que, conforme as Escrituras, ele fora criado à sua imagem e semelhança.

03) O terceiro capítulo, de Alessandro Cavassin Alves, tem por título: *Freud e Durkheim: Religião, sociedade e indivíduo*. Como o próprio título já deixa pressupor, este capítulo busca explicitar e explorar a religião a partir da perspectiva da sociologia de Durkheim e da psicanálise freudiana. Mas ele considera também o indivíduo como elo essencial dessa mesma relação.

04) O quarto capítulo, *O mercado das ilusões: Revisitando “O futuro de uma ilusão” na pós-modernidade*, tem como autor Fabiano de Mello Vieira que, partindo de sua formação psicanalítica, estuda um dos fenômenos culturais mais importantes do final do século XX: a pós-modernidade. Aqui, o autor analisa uma problemática típica dessa nova

era: o consumo, o gozo e as ilusões que esse mesmo consumo e esse mesmo gozo não deixam de acarretar: o mais consumir e o mais fruir.

05) O quinto capítulo é da autoria de Aluísio Miranda von Zuben e tem por título: *Introdução ao problema metafísico do princípio de individuação: Uma abordagem a partir de Aristóteles, Porfírio, Tomás de Aquino, Duns Scotus e Leibniz*. Este capítulo visa, portanto, revisitar uma tradição filosófica que, começando em Aristóteles, compreende pensadores tão diversos quanto: *Porfírio, Tomás de Aquino, Duns Scotus e Leibniz*. No centro desta problemática se situa o conceito de *individuação*, que é tanto mais antigo quanto ele é reinterpretado pelos diferentes representantes dessa longa tradição.

06) O sexto capítulo tem como autor Valmir Uhren e, como título: *A patografia e a arte em Vincent van Gogh: Duas perspectivas para entender a existência humana*. A partir de sua perspectiva analítica, o autor desenvolve um estudo em torno de um tema estético, no caso, a arte em Vincent van Gogh, para tentar captar e esclarecer a relação que existe entre a obra de arte, a doença mental e a própria criatividade.

07) O sétimo capítulo é da autoria de Ana Beatriz Dias Pinto, cujo título é: *A (in)comunicação e a identidade teocomunicativa humana no personalismo de Emmanuel Mounier*. Trata-se, pois, de um tema de caráter filosófico e teológico, centrado na problemática da comunicação e tendo como principal interlocutor o pensador francês, do personalismo, Emmanuel Mounier.

08) O oitavo capítulo, de José Aguiar Nobre, se intitula: *Encarnação e salvação: Reflexões bíblico-sistemático-cristológicas*. O autor tem como objetivo principal realçar a ligação que, segundo ele, existe entre a encarnação e a salvação a partir de fundamentos escriturísticos e da própria história da salvação, ou do chamado plano salvífico.

09) O nono capítulo, intitulado: *Categorias, conjuntos e fundamentos da matemática*, é da autoria de Gilson Maicá de Oliveira. O autor, movendo-se num plano lógico-filosófico, visa fornecer, segundo as suas próprias palavras, uma compreensão informal de duas visões da filosofia da matemática: uma visão conjuntista, de Georg Cantor, e outra visão categorial, de Samuel Eilenberg e Saunders MacLane.

10) O décimo e último capítulo, de autoria de Teresinha Teixeira Colleone, se intitula: *Linguagem: Uma viagem filosófica*. A intenção da autora é a de percorrer um caminho cuja pavimentação é a linguagem, que se desenrola através do texto, texto entendido como

ordenação e concatenação de significantes que reenviam continuamente uns aos outros buscando assim alcançar uma meta, que consiste propriamente no filosofar.

*Altieris Bortoli*¹

¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Email: altieris.bortoli@gmail.com

FABRI, Marcelo; GRZIBOWSKI, Silvestre. *Introdução à Fenomenologia do Invisível (O amor, o desejo, a vida)*. 1. ed. Curitiba: EDITORA CRV, 2022, 124 p.

Marcelo Fabri e Silvestre Grzibowski são os autores de *Introdução à Fenomenologia do Invisível (O amor, o desejo a vida)*. Os dois são professores vinculados à Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e pesquisadores em fenomenologia. Os temas que rondam o escopo de suas investigações são, sobretudo, o pensamento husserliano e seus desdobramentos a partir de autores como Emmanuel Levinas e Michel Henry, entre outros.

No livro em questão, a proposta dos autores é inédita no país: oferecer ao pensamento filosófico brasileiro uma introdução que verse sobre o tema da invisibilidade na fenomenologia. Com maestria, os autores discorrem sobre os limites que a visibilidade, tão requerida pelo pensamento fenomenológico (bem como na longa tradição filosófica), inquire àquelas questões que são de outra ordem: do que escapa do visível, ou seja, do invisível.

É de se fazer notar que o livro nos é apresentado em seu prefácio pelo filósofo espanhol Miguel García-Baró, membro da *Real Academia de Ciencias Morales y Políticas*, vinculada ao Governo Espanhol, e professor da *Universidad Pontificia Comillas*. García-Baró localiza a invisibilidade do mal e a possibilidade da filosofia como um exercício perene de questionamento moral, e mesmo ético, acerca dos eventos causados pelas mais diversas ocasiões em que a invisibilidade é experimentada como sofrimento.

Introdução à Fenomenologia do Invisível é dividida em três partes que recompõem o movimento de uma investigação fenomenológica, contemplando suas possibilidades e limitações, até à experiência subjetiva e seu *débordement* para o sentido ético. Trata-se de uma investigação que não pressupõe especulações ou discursos de ordem teológica ou metafísica. Assim, o fenômeno invisível deve ser resgatado a partir do próprio mandamento de Husserl de “ir às coisas mesmas”. O escopo da investigação está em tentar apontar, dentro de uma argumentação filosófica, os limites do aparecer (tema tão caro à fenomenologia) e as possibilidades que surgem da radicalidade de uma argumentação sobre os fenômenos visíveis até os invisíveis.

Os autores expõem na introdução a posição do problema: “a fenomenologia, atenta ao aparecer do mundo, desejosa de sentido e luminosidade, não se pergunta pelo que torna

o aparecer possível” (FABRI; GRZIBOWSKI, 2022, p. 21). No momento em que a ênfase da fenomenologia está na consciência intencional e em sua relação com o que aparece à consciência enquanto fenômeno, o tema da significação desse acontecimento insta a reflexão. Contudo, resta ainda, aquém da metodologia de uma relação com o mundo, a nossa vivência ingênua nesse horizonte que tudo condiciona.

É nesse momento que podem emergir os eventos da invisibilidade. Diante desse resto de horizonte a compêlir a reflexão fenomenológica, o aparecer das coisas não é a única modalidade do que pode, de fato, aparecer. Se há o império da visibilidade, é forçoso admitir que algumas experiências fogem de tal ordem (seja da própria imagem ou da representação). Há uma invisibilidade que, nas palavras dos autores, surge como apelo, “algo que não pode ser explicado claramente, que não cabe em proposições, que não se deixa expressar conceitualmente” (FABRI; GRZIBOWSKI, 2022, p. 23). Trata-se do fenômeno invisível. Nesse escopo, os autores apresentam os três pensadores que ocupam a argumentação com afinco: Emmanuel Levinas e o apelo ético; Jean-Luc Marion e o apelo do amor/*eros* e Michel Henry e o apelo da vida. Tudo isso sem deixar de considerar autores clássicos como Platão, Plotino e Agostinho, bem como o próprio Husserl.

Na primeira parte, intitulada *A fenomenologia entre visível e invisível*, os autores resgatam o pensamento fenomenológico até as suas fronteiras de invisibilidade. Dividida em três capítulos, esta seção do livro procura orientar o leitor na escola da fenomenologia. De maneira bastante didática (diríamos, inclusive, mistagógica), os autores recolhem a experiência do método fenomenológico apontando que desde os albores da filosofia na Grécia, a questão da invisibilidade parece permanecer como possibilidade para além da reflexão, mas também como condição da reflexão. É assim que é resgatado no capítulo primeiro, *A nostalgia do Invisível*, o pensamento de Platão e do Bem enquanto “inquietação provocada pelo desejo de um invisível” (FABRI; GRZIBOWSKI, 2022, p. 27).

O leitor é conduzido pela argumentação sustentada através de Plotino e Agostinho a fim de demonstrar que a experiência humana, seja da ordem puramente mundana (ou temporal), mas também a reflexão filosófica, ambas carecem de um fundamento que está aquém de toda conceitualização filosófica. Trata-se, na verdade, de afirmar que a reflexão, enquanto método de se chegar à verdade (de uma sentença ou de uma evidência), é sempre ulterior. Somos remetidos à anterioridade da invisibilidade, motivo pelo qual a própria fenomenologia também se depara com uma limitação fecunda: ver o que não é da ordem do visível.

Já no segundo capítulo, *A desobstrução do visível*, os autores reconhecem em Aristóteles o fundamento que colocou a filosofia ocidental no eixo da visibilidade. É sabido que o estagirita, ao evidenciar os sentidos, deu lugar privilegiado à visão. Tal obsessão aristotélica também é partilhada por Husserl, que buscava o método seguro para sustentar a experiência da consciência que intenciona (vê), intui e vivencia. Talvez aqui a fenomenologia ainda ganhe um lugar mais privilegiado: é que Husserl não propunha nem mesmo um conceito de antemão à investigação dos fenômenos. Nesse sentido, os autores opõem a fenomenologia à filosofia da representação: o que aquela busca investigar é o aparecer e, no limite, o sentido do aparecer. Para tanto, faz-se necessário a inscrição da subjetividade. Esse elemento é resgatado, por parte dos autores, a partir do fenômeno da percepção enquanto forma mais viva (ou pelo menos mais plástica), da consciência que intenciona o mundo.

O capítulo segundo, enquanto problematização da fenomenologia, possibilita a passagem ao terceiro capítulo: *Para além do visível*. A descrição de um sujeito do conhecimento, uma subjetividade inscrita no coração da operação fenomenológica, coloca a fenomenologia em uma situação paradoxal: “a subjetividade que, pela redução, se descobre como constituinte do mundo terá condições de dar conta, igualmente, de que o mundo a constitui” (FABRI; GRZIBOWSKI, 2022, p. 41). Com uma argumentação de fundo levinasiano, os autores situam a subjetividade no epicentro de uma operação metodológica, digna de uma aporia filosófica. Condição que acusa a ultrapassagem da própria fenomenologia e desempenha o papel de uma contradição fecunda à reflexão.

Neste registro fronteiro do pensamento fenomenológico, o olhar histórico da filosofia parece recompor o questionamento pelo que não pode ser dado através da visibilidade (isso enquanto fruto do pensamento metafísico). É Levinas quem possibilita a argumentação dos autores. Não se trata mais de indagar (ontologicamente) sobre o aparecer ou a dação dos fenômenos, mas a partir de um registro complementar outro: a invisibilidade como *extra-ordinária*, como alteridade.

A segunda parte do livro, intitulada *Fenomenologia do Invisível*, inicia com o quarto capítulo, *Desejo do Invisível*. O capítulo ganha seu tom ao retomar fortemente os escritos de Levinas. A ideia de invisibilidade, que fora até então tomada a partir da excedência do fenômeno, agora pode ser entendida como uma radical exterioridade. Jamais apreendida nos moldes da intencionalidade que visa o mundo. A resposta a isso, para os autores, parte do conceito de Desejo como uma intencionalidade diversa daquela historicamente entendida na fenomenologia. Desejo que inscreve a possibilidade de uma relação outra

com o que radicalmente a subjetividade experimenta como alteridade. Não se perde, nesse contexto, o que já fora apresentado na introdução do livro: a invisibilidade como uma imposição que convoca a subjetividade a dar respostas. Uma vez mais os autores inscrevem um sentido ético a partir do invisível – dar respostas é ser convocado à responsabilidade (nesse caso, por Outro).

O quinto capítulo, *O apelo do Invisível*, segue argumentando a partir dessa condição imposta à subjetividade de se entender a partir de uma demanda estrangeira. É a partir da argumentação de Marion sobre a filosofia levinasiana que é retomado o tema da imposição invisível: o apelo. Nesse movimento de contrafenômeno, o que os autores retomam de Marion é a ideia de que fenômenos de tal ordem “não dão a ver” (FABRI; GRZIBOWSKI, 2022, p. 61). O desafio se torna, então, pensar sobre a origem de tal apelo. A gênese dessa convocação, eminentemente invisível, não poderá nunca recair sobre os domínios da visibilidade. Isso coloca o invisível para além da investigação do ser. Seguindo na esteira de Marion, os autores esboçam a subjetividade como adonada, isto é, aberta àquela voz que apela. Nesse sentido, a orientação invisível não provém de uma espécie de falta ou de indigência ôptica da subjetividade, mas como dom. Essa oblação também pode ser entendida como resposta. Os autores conectam aqui a dimensão do Desejo e a resposta como imbricados na subjetividade.

O amor e o invisível é o título do sexto capítulo. Não à toa essa dimensão é evocada. Os autores elencam o amor como uma experiência da ordem da invisibilidade. Nela, os vínculos e, sobretudo, as respostas que damos evocam aquela dimensão da radicalidade da alteridade invisível. O ato de amor, aqui, está prenhe de uma significação própria, radicada no *au-delà* da experiência. É a-tópico porque não se limita àquela significação dada na consciência. “O amor decide sobre nossa vida. Sem ele, não poderíamos atingir nossa vida mais íntima, aquilo que há de mais próprio em nós” (FABRI; GRZIBOWSKI, 2022, p. 69).

A relação marcada pelo registro de *eros* é o esboço que persegue toda a relação de alteridade. Fazer-se dom, que os autores resgatam da filosofia levinasiana, demonstra bem o que a invisibilidade impregna na experiência da subjetividade: revela o que há de mais próprio, a condição pela qual a subjetividade pode ser assim chamada. É, por fim, a intimidade humana que é resgatada: invisível que move o humano.

Chegamos, então, à terceira parte do livro, *Fenomenologia da vida invisível*. Nas duas partes anteriores, os autores concentraram a argumentação na possibilidade e na crítica

da fenomenologia. Agora, o texto ganha contornos henryanos para apresentar o movimento da vida enquanto invisibilidade. Por um lado, é um giro fenomenológico em que nos voltamos ao registro da imanência radical requerida por Michel Henry. Por outro lado, pensar a invisibilidade da vida é argumentar desde o princípio e fundamento pelo qual existe a possibilidade da própria fenomenologia, bem como toda e qualquer possibilidade de sentido (e significação).

O capítulo sete, *A vida invisível*, apresenta ao leitor as primeiras intuições henryanas. Os autores argumentam que Michel Henry, ao procurar um fundamento para o aparecer (nesse sentido, a pergunta henryana pode ser traduzida por “qual é o aparecer do aparecer?”), se depara com uma condição irreduzível: a vida. Realidade primitiva, gênese de todo aparecer, a vida, de acordo com Henry, e sustentada pelos autores, é a invisibilidade como tal, impossível de ser tematizada (porque poderia ser representada ou objetivada). A vida que Henry nos apresenta é a verdade primeira que atravessa a experiência humana.

Nessa imanência radical, os autores recolhem a crítica henryana à ontologia de Heidegger, como nos é introduzido pelo capítulo oito, *O invisível precede o visível*. Aqui, Fabri e Grzibowski retomam a história da fenomenologia, seguindo a leitura henryana, para apontar o problema de uma compreensão enviesada da história da filosofia. Nós podemos nos associar ao caráter da visibilidade como princípio filosófico herdado dos gregos. Nesse sentido, a transcendência parece ter ganhado uma luta contra a imanência radical. Por isso, a vida teria caído no esquecimento. Será preciso, então, resgatar alguns conceitos henryanos a fim de que tal esquecimento não seja determinante. Temas como o nascimento, a materialidade, o primitivo, a gênese, ganham lugar no escrito. Na busca pelo fundamento da imanência radical, a manifestação originária assegura o fundamento radical da subjetividade e de toda experiência. É o fundamento invisível de toda visibilidade.

Segue-se a isso o capítulo nove, *A vida entre imanência e transcendência*, que desenlaça os nós possíveis da compreensão de tal inversão. A vida, argumentam os autores, não tem sua essência em uma manifestação exterior. Na verdade, é no próprio movimento da vida (*automovimento*) que é possível a fenomenalização do ser, bem como o conseqüente aparecer. É um capítulo que faz frente à tradição filosófica que elencou a luminosidade e a visão como os condicionantes de toda reflexão.

O último capítulo, *A manifestação do invisível no sofrimento e no cristianismo*, apresenta a tonalidade afetiva do sofrimento como evidência (radical) do aparecer originário da vida. Na experiência do sofrimento, o que se experimenta é uma impossibilidade do distanciamento de si mesmo. Assim, trata-se de uma epifania da própria vida, uma vez que ela não se distancia de si mesma. A vida se revela no sofrimento, ela *s'éprouve soi-même*, sem tomar distância de si e sem se ancorar numa experiência exterior. Sofrimento e invisibilidade partilham da mesma gênese da autoafecção da vida. Os autores relacionam sofrimento e invisibilidade porque, de acordo com Henry, o conteúdo do sofrimento não é colocado por uma espécie de ego (transcendental), mas está radicado na protoatividade da vida invisível. O sofrimento não pode ser objetivado porque seria representado. Ele manifesta, assim, a própria vida.

Segue-se, então, a relação com o cristianismo como modelagem de uma argumentação que acolhe a dimensão da invisibilidade da vida. Os autores nos lembram que há de se considerar qual é o cristianismo que Michel Henry leu, bem como reconhecer a influência de Mestre Eckhart e Kierkegaard na argumentação henryana. É destacado também os escritos do evangelho de João, bem como as cartas paulinas. Tudo isso, criticamente, é utilizado por Henry não como fundamentação teológica, mas enquanto exercício do método fenomenológico. Árdua tarefa. Resta ao humano, orientado pela experiência cristã, reconhecer a sua dimensão interior e rememorar a condição única pela qual o humano é. A resposta cristã gira em torno do reconhecimento da condição de criatura. A resposta da fenomenologia material de Henry é reconhecer-se herdeiro e partícipe da vida invisível que não cessa de operar (se experienciar) a si mesma.

Introdução à fenomenologia do invisível, apesar de carregar o caráter introdutório ao tema desde o seu título, aborda com maestria a reflexão fenomenológica que se desdobra para além de seus limites. Com boa argumentação, sabe conduzir o leitor pelos meandros da filosofia, carregando o caráter histórico do desenvolvimento do pensamento, mas sem abdicar das fecundidades abertas pelas fendas do que poderia ser entendido como aporia. À parte a dificuldade de uma abordagem conceitual sobre o que escapa da ordem do conceito, os autores procuraram elencar na experiência subjetiva os eventos que marcam a ultrapassagem do visível pelo invisível. Cabe ao leitor, portanto, continuar a indagação sobre os elementos que implicam a experiência humana, tanto naquilo que a constitui, como no que é possibilitado a partir da compreensão fenomenológica da invisibilidade. E isso é incentivado pelos autores. O livro, de alguma maneira, retoma o que foi

argumentado: é um apelo à reflexão que anuncia que a Razão não se serve apenas do que é visível, mas está preñhe de uma invisibilidade fecunda.

Paulo Henrique Carboni¹

¹ Doutorando em filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: paulocarboni@outlook.com